

Património arquitectónico cisterciense: Um contínuo testemunho

Ana Maria Tavares Martins

Arquitecta / Docente universitária, Departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, amtfm@ubi.pt

RESUMO: A Ordem de Cister foi introduzida, no nosso país, no séc. XII e os seus mosteiros estiveram desde o início associados ao desenvolvimento de Portugal enquanto nação. A história do Património cisterciense português confunde-se com a própria história de Portugal. Actualmente, Portugal faz parte da 'Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses', desde 2009, sendo representado pelos Mosteiros de Alcobaça, Arouca, S. Cristóvão de Lafões, Salzedas e Tabosa. Consequentemente, o património arquitectónico cisterciense nacional, faz igualmente parte da 'Rota Europeia das Abadias Cistercienses' à qual foi atribuída, em 2010, a menção 'Itinerário Cultural do Conselho da Europa'.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitectura Cisterciense, Património

1. INTRODUÇÃO

A Ordem de Cister foi introduzida, no nosso país, no séc. XII e os seus mosteiros estiveram desde o início associados ao desenvolvimento de Portugal enquanto nação. É tradicionalmente apontado como primeiro mosteiro o de S. João de Tarouca (1143-1144), embora a sua primazia seja disputada actualmente com S. Cristóvão de Lafões, e o último o de N. Sr^a da Assunção de Tabosa (1692). Os mosteiros cistercienses desenvolveram-se de acordo com o crescimento de Portugal sendo reflexo e expressão da época em que se inseriam; passaram a integrar, em 1567, a Congregação Autónoma de Alcobaça desvinculando-se da obediência de Claraval; foram alvo de inúmeras remodelações, ampliações e beneficiações; sofreram com os acontecimentos e catástrofes nacionais. Muitos dos mosteiros cistercienses portugueses são alvo do restauro romântico. A *DGEMN* aplicou, no início do séc. XX, restauros segundo as teorias em voga como é o caso de S. Pedro das Águias (o velho), em Tabuaço, ou mesmo o de St^a Maria de Aguiar, em Figueira de Castelo Rodrigo. Mais tarde foi o *IPPC*, e depois o *IPPAR*, seguido pelo *IGESPAR*, a intervir também no património cisterciense destacando-se o trabalho levado a cabo no Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça e as várias operações de resgate nos Mosteiros de S. João de Tarouca e Salzedas. O Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça foi declarado, pela *UNESCO* em 1998, *Património da Humanidade*.

2. CONGREGAÇÃO AUTÓNOMA DE ALCOBAÇA

A partir do séc. XIV, surge uma certa mudança na orientação dos cistercienses e a adulteração, em definitivo, do primitivo espírito cisterciense. Em meados do séc. XV, com o dealbar do mundo moderno, começam a surgir fraquezas na acção e autoridade do Capítulo Geral favorecidas pelo nacionalismo exacerbado que marcou esta época assim como toda a renovação exigida pelo Concílio de Trento e demais instâncias eclesiásticas de várias nações europeias.¹ Os mosteiros cistercienses portugueses amargaram durante a vigência dos

Abades Comendatários e foram alvo da Visitação do Abade de Claraval, Dom Èdme de Salieu, pelo que toda a atenção estava voltada para o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, que sempre se destacara pela sua importância e grandiosidade, sendo por sua vez o elemento de junção de todos os mosteiros cistercienses portugueses.² A 26 de Outubro de 1567 o Papa Pio V, através da bula *Pastoralis officii*, eleva os mosteiros cistercienses portugueses à categoria de Congregação cuja denominação oficial era *Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo nos Reinos de Portugal e do Algarve*.¹ Esta foi uma época de renovação espiritual, de grandes obras e restauros, de investimento na formação.³ O plano cisterciense patente no Mosteiro de Alcobaça sofreu inúmeras alterações e ampliações sendo novos espaços justapostos ao plano ideal cisterciense; sofreu graves danos com o terramoto de 1755, com as trágicas inundações de 1772, o número de claustros multiplicou-se e novas alas foram criadas aumentando e dotando as novas dependências monásticas de um maior número de celas e permitindo a criação da sua monumental biblioteca.² A grandiosidade e a opulência do Mosteiro de Alcobaça, que contrastava com o espírito cisterciense inicial, eram tais que a sua cozinha do séc. XVIII foi lembrada pelos escritos de William Beckford como “o mais notável templo de glotonaria de toda a Europa”.⁴ Cister executou um novo período de construção e renovação dos seus mosteiros segundo o novo gosto dos embelezamentos barrocos. O séc. XVIII foi o século da talha distinguindo-se deste modo das arquitecturas de simplicidade e cariz protestantes que começaram a florescer na Europa.

3. CISTER E A EXTINÇÃO DAS ORDENS

Após a euforia e vontade de renovação geradas pela criação da *Congregação Autónoma de Alcobaça* muitos mosteiros quer pelo seu estado físico, quer pelo seu estado económico, quer pelo seu estado “humano” foram suprimidos e as suas rendas anexadas a outros mosteiros da mesma Congregação. Após o terramoto de 1755 era necessário manter o Colégio Cisterciense do Espírito Santo, em Coimbra, e efectuar obras em muitos dos mosteiros destruídos grandemente. A destruição deste tremor de terra fora implacável atingindo a Congregação um pouco por toda a parte mas com especial incidência nos mosteiros mais próximos do seu epicentro: Nossa Senhora do Mocambo e Nossa Senhora do Desterro em Lisboa, S. Dinis de Odivelas, Sta Maria de Alcobaça e o Colégio da Conceição que lhe era anexo. O interesse posto na reconstrução do Colégio é de sobremaneira elevado. A 2 de Dezembro de 1775, por Carta Régia, D. Manoel Mendonça é honrado com o título de fundador do Real Colégio de Nossa Senhora da Conceição com autorização (confirmada por bula papal) de unir e extinguir mosteiros e rendimentos uns aos outros.⁵ No entanto, em 1777, com a subida ao poder da Rainha D. Maria I e a queda de D. Manoel Mendonça, restauraram-se os mosteiros extintos dois anos antes.

Em Portugal, as Invasões francesas semearam um rasto de destruição e saque dos mosteiros o que contribuiu ainda mais para agudizar o estado deplorável e de crise em que já se encontravam. Como consequência da guerra civil entre Liberais, partidários de D. Pedro, e Absolutistas, partidários de D. Miguel, os Monges cistercienses de Alcobaça abandonaram o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em 1833, com receio da expulsão pelo apoio e afinidades Miguelistas, renunciando a extinção das Ordens Religiosas um ano antes de esta ocorrer por decreto em 1834. Este decreto determinava a total e imediata extinção dos mosteiros, conventos, colégios, hospícios e todas as casas religiosas e ordens regulares, independentemente da sua denominação, instituto ou regra Às monjas, ao contrário dos monges, foi permitido permanecer nos seus mosteiros até à morte da última religiosa de cada mosteiro.

4. CISTER E ALEXANDRE HERCULANO: MONJAS DE LORVÃO

Em 1853, quase duas décadas passadas sobre a extinção das Ordens Monásticas, Alexandre Herculano escreve um testemunho pungente e na 1ª pessoa sobre a realidade vivida nesse momento no Mosteiro de S. Mamede de Lorvão publicado nos seus “*Opúsculos*”, intitulado apenas “*As freiras de Lorvão*”⁶ e era dedicado ao seu amigo António de Serpa Pimentel. A última monja cisterciense, em Portugal, foi Madre Carolina Augusta de Castro e Silva que morreu em 1909 com 93 anos de idade. Era monja de Nossa senhora de Nazaré do Mocambo hoje conhecido como Convento das Bernardas, em Lisboa. Porém em meados do séc. XIX e no dealbar do séc. XX o regresso dos monges a algumas nações europeias e o gosto do Romantismo pelas ruínas gerou um novo sentimento e consciencialização pelas Abadias cistercienses, morada das últimas monjas sobreviventes ou entretanto de novo habitadas ou apenas ruínas para o deleite e admiração das populações oitocentistas e novecentistas² Note-se que no Portugal de então nunca houve o regresso dos monges cistercienses pelo que as suas arquitecturas ficaram na posse de particulares, do estado ou pura e simplesmente ao abandono. Os mosteiros cistercienses portugueses, sofreram inúmeras transformações e ficaram dependentes da sua nova condição.

Papel preponderante na divulgação do interesse e benquerença pelos monumentos históricos teve Alexandre Herculano enquanto redactor principal da revista “*O Panorama*” através da qual alertou e despontou interesses no âmbito da preservação e salvaguarda dos monumentos e do património arquitectónico em geral. Refere Jorge Custódio que: “*É no contexto de um movimento radical de índole constitucional – o Setembrismo - que deverá inserir-se a voz e a actividade de Alexandre Herculano em defesa dos monumentos nacionais. Para Herculano – consciente das perturbações que o abalo social estava a provocar na herança histórica – importava reconhecer a ideia de pátria na sucessão dos tempos. Urgia salvar o que de mais válido subsistia do antigo edifício social que acabara de ruir. Diariamente assistia-se a excessos que punham em causa edifícios religiosos, monumentos, bens móveis, cuja função se perdera pela lógica das transformações sociais. Grassava um ‘vandalismo de camartelo’ e uma impunidade sem freios, permissivos em relação à herança e aos valores antigos, contra o qual importava, desde logo, pôr um travão.*”⁷

5. CISTER E A DGEMN

O fim do séc. XIX e o dealbar do séc. XX, no que respeita à arquitectura foram, um marco de revivalismos e regressos ao passado de carácter historicista. Após um Liberalismo que levou à destruição de algum património arquitectónico, traduzido pelo rude tratamento do edificado de conotações religiosas, surge um período de características Românticas. Este Romantismo arquitectónico foi consequência do gosto pelas viagens, pela antiguidade, pela apologia da ruína em si e “*per si*”. Na arquitectura surgia Viollet-le-Duc e o estudo aprofundado da construção e arquitectura medievais. Era a época do Neo-gótico, do Neo-românico mas também das misturas entre ocidente e oriente através de elementos trazidos de viagens a terras longínquas como o Japão que eram assimilados e integrados na arquitectura europeia. Em Portugal, no extremo ocidental da Europa, os novos modelos e linguagens arquitectónicas sempre tardaram um pouco mais a chegar pelo que o fim do séc. XIX e início do séc. XX correspondeu ao período de todos os “neos” ou seja, foi o período de todos os revivalismos desde o neo-gótico, ao neo-românico, ao neo-mudéjar, ao neo-manuelino, entre outros, como se comprova na Sala dos Túmulos do Mosteiro de Alcobaça,

um verdadeiro panteão régio neo-gótico. Os mal tratados edifícios de outrora, tornaram-se o alvo preferido de recuperação, muitas vezes estabilizando apenas a própria ruína ou então transformando algo de época medieval noutra arquitectura ainda “mais medieval”, do que alguma vez fora na sua época, como é o caso do Mosteiro de St^a M^a de Aguiar ou mesmo do Mosteiro de S. Pedro das Águias, o velho. De facto, foi esta ideologia que alimentou e comungou do novo regime político do Estado Novo, que se constituía como uma “nova ordem”. Deste modo, é importante ter presente esta perspectiva sobre a arquitectura, restauros e ideais do Estado Novo para se poder compreender o papel da *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* na conservação e salvaguarda do património cisterciense. Nesta época, o importante era a integridade histórica entendida segundo os moldes referidos, isto é, a devolução ao original, ainda que este original fosse deturpado ou fantasiado por conceitos historicistas. Neste sentido, o Mosteiro de St^a M^a de Aguiar (Figueira de Castelo Rodrigo) perde o seu campanário e chega a considerar-se acrescentar um terceiro tramo ao desenho do edifício. Também em termos do património móvel se verifica que tudo o que não vinha reforçar o espírito da Nacionalidade, ou seja, tudo o que não fosse de cariz românico ou gótico, era removido. Isto pode verificar-se nos inúmeros apeamentos de altares barrocos como é o caso de St^a M^a de Aguiar ou mesmo do Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça. De facto, muitos foram os erros de interpretação artística imbuídos na prática da “unidade de estilo”. A Igreja do Mosteiro de Alcobaça foi expurgada de tudo o que era Barroco, no seu interior, de modo a ser devolvida ao seu “estado medieval original” e muitas igrejas românicas, espalhadas um pouco por todo o país, como é o caso do Mosteiro cisterciense de São Pedro das Águias - o velho (Tabuaço) foram reconstruídos.²

Após o fim da 2^a Guerra Mundial e da paz na Europa, apesar de Portugal se ter mantido neutro, surge uma reactivação dos trabalhos sobre edifícios patrimoniais. Foram executados projectos com vista à reutilização de alguns monumentos para fins assistenciais, sociais, sanitários ou turísticos. É nesta altura que o Mosteiro de S. Mamede de Lorvão é transformado em hospital psiquiátrico e o Mosteiro de S. Bento de Cástris reconvertido em Casa Pia com respectiva escola agrícola. Esta também foi uma época de transformação e intervenções em Monumentos para que estes fossem visitados por elevadas individualidades estrangeiras de visita a Portugal. Destacam-se as obras levadas a cabo no Mosteiro de Alcobaça em 1949, e depois em 1957, para acolher a rainha Isabel II de Inglaterra. Em poucos anos foram executadas inúmeras obras com vista ao arranjo interno do Mosteiro de Alcobaça e ao embelezamento dos espaços exteriores. Alguns serviços que se encontravam a funcionar no Mosteiro foram desalojados e criou-se um circuito de visita (Igreja, Claustro do Silêncio, refeitório, cozinha, dormitório). Colocaram-se os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro nos braços opostos do transepto passando a encontrar-se frente a frente, em vez de lado a lado como se encontravam na Sala dos Túmulos. Eventualmente teria sido nesta época que surgiu a lenda popular sobre a localização dos dois túmulos, posicionado um diante do outro, de modo a que os dois históricos amantes se pudessem reencontrar, frente a frente, no dia do juízo final.² Relativamente ao trabalho da *DGEMN* deve-se ter em atenção as campanhas de conservação, restauro e reabilitação realizadas, nas últimas décadas anteriores à sua extinção, que se constitui num valioso trabalho no âmbito do legado patrimonial cisterciense português.

6. CISTER E O IPPC / IPPAR / IGESPAR

Em 1980 foi criado o *Instituto Português do Património Cultural* (IPPC) que por sua vez originou diversos organismos com competências próprias. Mais tarde, em 1992, daria

origem ao *Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico* (IPPAR) e depois, em 1997, com a criação do *Instituto Português de Arqueologia* (IPA) seria convertido apenas no *Instituto Português do Património Arquitectónico*. Deste modo, desde 1980, em primeiro lugar como *IPPC*, depois com as duas versões do *IPPAR* e finalmente, na actualidade, com o *IGESPAR* (*Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico*) estes organismos de gestão do património tutelaram as aplicações de leis relativas ao património arquitectónico e à sua salvaguarda permitindo assim a classificação de imóveis, emitindo pareceres vinculativos e estabelecendo as respectivas áreas de protecção.⁸ Os mosteiros cistercienses portugueses encontram-se praticamente todos classificados (e com ZEP's definidas) sendo a maior parte Monumentos Nacionais (MN) seguidos de Imóveis de Interesse Público (IIP).² No campo da reabilitação do legado cisterciense português existe um valioso trabalho desenvolvido tanto pelo extinto *Instituto Português do Património Arquitectónico* (IPPAR) como pela extinta *Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (DGEMN) e a ser desenvolvido pelo *Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico* (IGESPAR). Relativamente ao trabalho *IPPAR* é de salientar o caso dos Mosteiros de Arouca, St^a M^a de Salzedas, S. João de Tarouca, St^a M^a de Aguiar, Lorvão e Alcobaça. As actuais linhas de acção do *ex-IPPAR*, hoje *IGESPAR*, relacionam-se com o prosseguimento das intervenções de recuperação e valorização dos monumentos, requalificação dos espaços; definição de programas de utilização e reutilização dos espaços recuperados. No entanto, também é objectivo estratégico do *IGESPAR* a consolidação do legado cisterciense potenciando as valências dos extintos *IPPAR* (*Instituto Português do Património Arquitectónico*), *IPA* (*Instituto Português de Arqueologia*) e área de salvaguarda da *ex-DGEMN* (*Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*).

7. PROGRAMAS PATRIMONIAIS VS. CISTER

7.1. Itinerários de cister

Por ocasião dos 900 anos da Ordem de Cister, em 1998, muitos foram os eventos comemorativos. O *IPPAR* elaborou, um estudo sumário sobre os vestígios cistercienses em Portugal que se traduziu no relatório preliminar *Itinerários de Cister* produzido em Março de 1998. Este relatório foi fruto do protocolo com o mesmo nome celebrado entre o *IPPAR* e a então *Direcção Geral de Turismo*, sendo o trabalho desenvolvido pelo Departamento de Estudos do *IPPAR*. Porém, depressa foi perceptível que passada a emoção do momento as instituições ligadas então à gestão do Património em Portugal, *IPPAR* e *DGEMN*, lentamente foram reduzindo a sua intenção de reabilitação do edificado cisterciense. Contudo muito se fez no que respeita às intervenções em curso no edificado cisterciense. O programa *Itinerários de Cister* foi extinto e, com a transformação do *IPPAR* em *IGESPAR*, o interesse pelo património cisterciense português transita para um novo programa intitulado *Conjuntos Monásticos* de carácter mais abrangente e não direccionado para uma única Ordem Monástica como eram os *Itinerários de Cister*.²

7.2. Conjuntos monásticos

O novo programa *Conjuntos Monásticos* apenas abrangia seis Mosteiros Cistercienses (S. Pedro e S. Paulo de Arouca, S. João de Tarouca, St^a M^a de Aguiar, S. Mamede de Lorvão,

St^a M^a de Alcobaça e St^a M^a de Almoester). Porém, na perspectiva deste programa, Cister correspondia a cerca da terça parte dos mosteiros abrangidos. Os critérios objectivos de intervenção nos conjuntos monásticos são distribuídos por três grandes eixos: (1) Intervenções; (2) Operações de Salvamento e Restauro; (3) Estabelecimento de “Redes” de Monumentos. Salienta-se o primeiro eixo que como referem Calado, Pereira e Leite: “*Compreendem a valorização de grandes conjuntos monásticos carenciados de uma intervenção global. Trata-se, em concreto, de assegurar uma intervenção que conduza à recuperação total das áreas vitais dos monumentos (incluindo as respectivas cercas sempre que tal for possível, os monumentos nucleares, mas também o património difuso e as envolventes rurais ou urbanas). A nova operatividade destes programas estender-se-á ao restauro do património integrado, bem como à instalação de sinalética, acolhimento do público e divulgação.*”⁹ A percentagem de 37% dos mosteiros cistercienses intervencionados mantém-se proporcional à percentagem de mosteiros cistercienses englobados por este programa (32%) contra 63% de edifícios monásticos de outras Ordens (e que no programa correspondiam a 68%).² No que respeita directamente ao património cisterciense, no âmbito deste programa, nada se contemplou relativamente ao segundo eixo (operações de salvamento e de restauro). Porém, no que respeita ao terceiro eixo, relativamente ao estabelecimento de “Redes” de monumentos salienta-se que se trata de: “(...) *garantir a ‘sustentabilidade’ para as intervenções já efectuadas com um acréscimo de qualidade.*”¹⁷ Deste modo, surgem duas “Redes” significativas: uma destinada a três mosteiros beneditinos (*Triângulo Beneditino*) e outra destinada ao *Património de Cister* constituído pelos Mosteiros de St^a M^a de Alcobaça, S. Pedro e S. Paulo de Arouca, S. João de Tarouca e S. Mamede de Lorvão.⁹ No entanto, algum tempo depois, por força dos encargos e da situação económica vivida, também este programa *Conjuntos Monásticos* foi forçado a cessar sendo substituído pelo programa *Mosteiros Portugueses Património da Humanidade*.

7.3. Rota dos Mosteiros Património Mundial da Humanidade

A candidatura ao Programa Operacional Regional Centro, Eixo II, *Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos*, na área de intervenção designada por *Política das Cidades – redes urbanas para a competitividade e inovação*, foi apresentada pelo Município de Tomar (Convento de Cristo), associando como parceiros o IGESPAR, os Municípios de Alcobaça (Mosteiro de St^a M^a de Alcobaça), Batalha (Mosteiro da Batalha) e Lisboa (Mosteiro dos Jerónimos) assim como a *Direcção Geral das Artes* e o *Instituto dos Museus e da Conservação*. Complementarmente o IGESPAR candidatou, no âmbito do QREN, ao Programa Operacional Regional do Centro, Eixo Prioritário III, *Consolidação e Qualificação dos espaços sub-regionais*, Regulamento Específico - Património Cultural, o projecto *Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade da Região Centro*, abrangendo os quatro grandes conjuntos monásticos dependentes do IGESPAR (Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo, Mosteiro da Batalha e Mosteiro dos Jerónimos). Refere A. Galvão, relativamente aos mosteiros pertencentes à *Rota dos Mosteiros Portugueses Património da Humanidade*: “*Se outrora a sua edificação obedeceu a critérios de territorialidade, estratégia e solidariedade, desde a origem das primeiras ordens religiosas e da consolidação das fronteiras da Europa, porque não potenciar estas moles como exemplos catalisadores da actualização desses valores em valores contemporâneos e fundamentais para à sustentabilidade da sociedade contemporânea como a eco-pedagogia, a sustentabilidade, a cidadania e a cooperação com as comunidades/inclusão e o*

desenvolvimento através da criação e oferta de serviços e produtos na perspectiva turístico-cultural?”¹⁰

7.4. Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses

No momento em que os grandes programas de intervenção no património cisterciense foram sendo abandonados a nível nacional surge um crescente interesse a nível europeu pelos exemplares desta ordem em Portugal (note-se que desde 1998 até à actualidade o património cisterciense português tentou a sua inserção num plano abrangente e transeuropeu).

A *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* surgiu pela necessidade de preencher um vazio, no âmbito do interesse gerado pelo legado europeu da Ordem de Cister, tanto no que respeita ao grande público, como historiadores e estudiosos. Portugal faz parte da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* (que tem o propósito de estabelecer uma ligação entre os proprietários, gestores ou animadores dos Sítios e Abadias Cistercienses abertos ao grande público e fazer-se representar junto das colectividades e administrações locais, regionais, nacionais e internacionais) sendo representado pelos Mosteiros de St^a M^a de Alcobaça, São Pedro e São Paulo de Arouca, S. Cristóvão de Lafões, St^a Maria de Salzedas e N. S^a da Assunção de Tabosa.² A Assembleia-geral de 2009, da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* teve lugar, fora de França pela primeira vez, na Abadia de Alcobaça, em Portugal, no dia 1 de Maio de 2009.

7.5. Rota Europeia das Abadias Cistercienses

O principal objectivo da *Rota Europeia das Abadias Cistercienses* é a demonstração e comprovação da importância e significado do legado cisterciense. A *Rota* apresenta o trabalho de uma Ordem monástica que foi capaz de desenvolver o espaço e território europeus, atendendo não só às particularidades regionais de cada implantação, em cuja nação se inseriam, mas também por ter sido capaz de criar um rasgo de familiaridade nas suas arquitecturas e um modelo de desenvolvimento arquitectónico e espacial, seja à pequena escala como os mosteiros, seja à grande escala como as granjas e a inserção estratégica no território (como foi o caso da consolidação da nacionalidade nos primórdios de Portugal). Os países incluídos nesta Rota são: Bélgica, Republica Checa, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Espanha, Portugal, Suécia e Suíça.¹¹ A *Rota Europeia das Abadias Cistercienses* está apoiada nos sítios e abadias cistercienses que estão abertos ao público e que são membros da *Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses*. Deste modo surge um rasgo de esperança face às Arquitecturas de Cister e ao Património cisterciense português.

Enquadrada no programa das *Rotas Culturais do Conselho da Europa*, a *Rota Europeia das Abadias Cistercienses*, tem como cerne primordial o desenvolvimento de várias acções de cooperação entre distintos domínios (tal como o turismo cultural) que revele a existência de vestígios materiais ou imateriais de um património comum. O legado Cisterciense constitui-se desta forma como marco de um património cultural europeu comum. A Abadia de l'Escaladieu é a coordenadora da Rota Cultural, em ligação com o *Conselho da Europa* e as actividades da *Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses*, para além de se encarregar da animação global do programa de acções.¹¹

8. CONCLUSÃO

Através do património arquitectónico cisterciense, Portugal faz parte da *Carta Europeia dos Mosteiros e Sítios Cistercienses* e consequentemente da *Rota Europeia das Abadias Cistercienses* à qual foi atribuída, em 2010, a menção *Itinerário Cultural do Conselho da Europa*. Na actualidade, o legado arquitectónico cisterciense é alvo de reabilitação segundo os moldes da contemporaneidade (St^a M^a do Bouro e N. Sr^a da Piedade de Tavira, pelo arquitecto, vencedor do Pritzker 2011, Eduardo Souto de Moura ou St^a M^a de Alcobaça - Ala sul e envolvente - pelos arquitectos Gonçalo Byrne e Falcão de Campos). Resta reter que a história do património cistercienses português se confunde com a própria história de Portugal sendo um contínuo testemunho dos trabalhos e experiências, umas com mais sucesso outras com menos, das entidades que tutelam e gerem o património no nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ¹ PASCUAL, Francisco - *Las Congregaciones cistercienses de la Península Ibérica*. Abadia de Viaceli, texto inédito policopiado, s/d.
- ² MARTINS, Ana - *As Arquitecturas de Cister em Portugal. A actualidade das suas reabilitações e a sua inserção no Território*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Sevilha, texto policopiado inédito, Sevilha, 2011
- ³ GOMES, Saul - *Oito séculos de Cister em Portugal: questões em aberto* in “Actas del III Congreso Internacional sobre el Císter en Galicia y en Portugal”. Ediciones Monte Casino, Zamora, 2006
- ⁴ BECKFORD, William - *Alcobaça e Batalha – Recordações de Viagem*. Ed. Vega, Lisboa 1997
- ⁵ MOTA, Salvador - *A acção de D. Frei Manoel de Mendonça à frente dos destinos da Congregação de Sta. Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo (1768-1777)* in “Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos”. Ed. FLUP, Porto, 2004
- ⁶ HERCULANO, Alexandre - *AS FREIRAS DE LORVÃO (1853 / a António de Serpa Pimentel)* in “Opusculos” 10 vols - Tomo I, Viúva Bertrand, Lisboa 1873-1908
- ⁷ CUSTÓDIO, Jorge - *De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)* in “Dar futuro ao Passado”. Secretaria de Estado da Cultura, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Lisboa, 1993
- ⁸ PEREIRA, Paulo - *Sob o signo de Sísifo. Políticas do Património Edificado em Portugal, 1980-2010* in “100 Anos de Património: Memória e Identidade. Portugal 1910-2010”. Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.; Lisboa, 2010
- ⁹ CALADO, Luís, PEREIRA, Paulo e LEITE, Joaquim - *O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos*. in “Estudos/Património”. n.º 2, Publicação semestral do IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, 2002
- ¹⁰ GALVÃO, Andreia - *Redes, rotas e parcerias estruturantes... o caso da rota dos mosteiros portugueses património da humanidade*. texto policopiado integrado no dossier facultado aquando o “Fórum Carta Europeia de Abadias e Sítios Cistercienses” que teve lugar no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça de 1 a 3 de Maio de 2009
- ¹¹ *Dossier de Presse – Remise de la mention “Itinéraire Culturel du Conseil de l’Europe” à la Route européenne des abbayes cisterciennes*. Abbaye de l’Escaladieu; 10 décembre 2010